Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: Cria o Cargo de Pregoeiro no ANEXO I – QUADRO PERMANENTE DE CARGOS

EFETIVOS – A - GRUPO DE NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE – NS, NO ANEXO II

- QUADRO DEMONSTRATIVO DA PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL e no

ANEXO IV DESCRIÇÃO DE CARGOS SUMÁRIA/DETALHADA - A – GRUPO DE NÍVEL

SUPERIOR DE ESCOLARIDADE – NS, todos da Lei Complementar nº 135, de 1º de dezembro

de 2022, que "Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder

Executivo Municipal de São Sebastião do Oeste".

AUTOR: Chefe do Poder Executivo.

DO RELATÓRIO

I – DO RELATÓRIO

No dia 5 de novembro de 2025, em interstício regimental realizado no curso da reunião ordinária

iniciada às 9:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal, a Assessoria Jurídica e os membros das

Comissões Permanentes, reuniram-se para analisar e emitir parecer quanto ao Projeto de Lei

Complementar n.º 10/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo.

Citado projeto de lei complementar tem por escopo a criação do cargo de Pregoeiro, estes previstas

no Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo

Municipal de São Sebastião do Oeste".

O Projeto de Lei Complementar foi discutido em interstício decretado na reunião ordinária, face a

urgência da matéria justificada pelo Prefeito na necessidade do regular provimento do serviço

público e organização do ano letivo.

Em síntese é o relato, passo ao parecer.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA DA PROPOSIÇÃO



Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

Compete ao Município a competência para legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos

do art. 30, I da Constituição Federal de 1988 e do art. 12 da Lei Orgânica do Município.

A matéria constante no Projeto de Lei Complementar é de iniciativa privativa do Prefeito,

conforme dispõe a alínea b do inciso II do art. 69-B da Lei Orgânica Municipal.

Assim, esclarece o mestre Hely Lopes Meirelles, em sua obra "Direito Municipal Brasileiro"

(Malheiros Editores, 6^a ed., p. 541) que:

Lei de iniciativa exclusiva do prefeito é aquela em que só a ela cabe o

envio do projeto à Câmara. Nesta categoria estão as que disponham sobre

matéria financeira; criem cargos, funções e empregos; fixem ou aumentem

vencimentos ou vantagens de servidores, ou disponham sobre o seu regime

funcional; criem ou aumentem despesas, ou reduzam a receita municipal...

O Projeto de Lei Complementar em apreciação visa criar o cargo de pregoeiro no Plano de Cargos,

Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de São Sebastião do

Oeste" visando atender a demanda do Poder Executivo.

Desta forma, regular a proposta apresentada.

III – DA TÉCNICA LEGISLATIVA ADEQUADA

Na forma do previsto na Lei Complementar Federal n.º 951 de 26 de fevereiro de 1998 e conforme

determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal/1988, o texto base do presente

Projeto de Lei Complementar está não redigido em termos claros e objetivos e em observância

com o ordenamento jurídico municipal vigente, merecendo reforma o Anexo Único, sendo certo

que se trata de A – GRUPO DE NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE – NS.

¹ Lei Complementar Federal n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece

normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.



IV – DOS PARECERES DAS COMISSÕES

Saliento que o presente parecer não substitui os pareceres das Comissões Permanentes e que a

propositura deverá ser submetida ao crivo da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E

REDAÇÃO, da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS e

da COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ademais, a opinião jurídica

exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não

pelos membros desta Casa de Leis.

V - DO PROCEDIMENTO E QUORUM

Por fim, conforme estabelecido no § 1.º do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e no art. 138 do

Regimento Interno desta Câmara de Vereadores AS LEIS COMPLEMENTARES DEVERÃO

SER APROVADAS POR MAIORIA DOS MEMBROS DA CÂMARA EM DUAS

DISCUSSÕES, NA FORMA DO ART. 138 DO REGIMENTO INTERNO, observados os

demais termos das leis ordinárias.

VI - CONCLUSÃO

Ante o exposto, o parecer jurídico é no sentido da constitucionalidade e legalidade do Projeto de

Lei Complementar em exame.

No que tange ao mérito da proposição, não cabe a Assessoria Jurídica manifestar, sendo este mister

incumbência dos Vereadores no uso de suas prerrogativas constitucionais, verificando a

viabilidade ou não da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o parecer consultivo que se oferta.

São Sebastião do Oeste, Minas Gerias, 3 de novembro de 2025.

Valéria Rezende Oliveira

Assessoria Jurídica

OAB/MG 123.716



Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

PARECER EM CONJUNTO N.º 041/2025 DAS COMISSÕES PERMANENTES DO PODER LEGISLATIVO DE SÃO SEBASTIÃO DO OESTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

ASSUNTO: Cria o Cargo de Pregoeiro no ANEXO I – QUADRO PERMANENTE DE CARGOS EFETIVOS – A - GRUPO DE NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE – NS, NO ANEXO II – QUADRO DEMONSTRATIVO DA PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL e no ANEXO IV DESCRIÇÃO DE CARGOS SUMÁRIA/DETALHADA - A – GRUPO DE NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE – NS, todos da Lei Complementar n.º 135, de 1.º de dezembro de 2022, que "Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de São Sebastião do Oeste".

AUTOR: Prefeito Municipal.

No Plenário do Poder Legislativo os membros das Comissões Permanentes deste Poder Legislativo (abaixo assinados), reuniram-se conjuntamente para analisar e emitir o seguinte parecer:

1. RELATORES DA PROPOSIÇÃO:

Considerando o disposto no art. 39 do Regimento Interno, o Presidente deve encaminhar a matéria para parecer por parte das respectivas Comissões, que as recebem e nomeiam como relatores os nobres Vereadores:

RELATOR DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO: **VEREADORA STELLA MAÍRA DIAS MENDES**

RELATOR DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS: **VEREADOR SIRLAN MELO DOS SANTOS**

RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS: **VEREADOR JOÃO APARECIDO PRATA**

RELATÓRIO:

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

A Assessoria Jurídica deste Poder Legislativo analisou em seu Parecer os aspectos legais e

constitucionais, opinando pela sua tramitação perante as Comissões Permanentes e pelo Plenário

deste Poder Legislativo.

Da mesma forma atuou a Assessoria Contábil dentro de suas atribuições e competência.

1. VOTOS DOS RELATORES:

A matéria ora analisada está em consonância com as regras que regem a legalidade e a

constitucionalidade, conforme consta no Parecer da Assessoria Jurídica, cujas razões aderem os

relatores, deixando de transcrevê-las em homenagem aos princípios da celeridade, da economia

processual e da eficiência.

Aderem os relatores aos motivos elencados pelo autor do projeto de lei complementar quanto aos

objetivos e interesse público presentes na matéria em discussão, os relatores entendem ser justa e

adequada a proposta apresentada, considerando a necessidade de criar o cargo para atender ao

Poder Executivo.

Ante o exposto, a proposição obedece às normas legais e contábeis, razão pela qual todos os

RELATORES opinam PELA APROVAÇÃO DA PROPOSIÇÃO NESTAS COMISSÕES,

COM A EMENDA REDACIONAL APRESENTADA.

2. PARECER EM CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES DO PODER

LEGISLATIVO:

Os membros das Comissões Permanentes deste Poder Legislativo, cumpridas as formalidades

legais e regimentais votam PELA APROVAÇÃO DA PROPOSIÇÃO NESTAS COMISSÕES.

São Sebastião do Oeste, Minas Gerais, 5 de novembro de 2025.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

PRESIDENTE: Vereador Adlson Tavares de Castro

RELATORA: Vereadora Stella Maíra Dias Mendes



Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

Membro: Vereador Claudiano Júnior Tavares

COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

PRESIDENTE: Vereador João Aparecido Prata

RELATOR: Vereador Sirlan Melo dos Santos

Membro: Vereador Uanderson Geraldo Xavier

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Vereador Francisco de Souza Paulino

RELATOR: Vereador João Aparecido Prata

Membro: Vereador José Fábio Santos de Almeida